
Condições de origem e desempenho escolar: um estudo exploratório do Indicador de Nível Socioeconômico em Alagoas

Conditions of origin and school performance: an exploratory study of the Socioeconomic Level Indicator in Alagoas

Willber Nascimento

Programa de Pós-graduação em Sociologia (UFAL); Doutor em Ciência Política (UFPE).
nascimentowillber@gmail.com

Elder Maia

Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).
epmaia@hotmail.com

Resumo

Utilizando o Indicador de Nível Socioeconômico (Inse), buscamos identificar desigualdades educacionais na educação básica de Alagoas e sua influência no desempenho dos estudantes nos testes do Inep. Metodologicamente, adotamos uma abordagem descritiva e exploratória para analisar o Inse das escolas, considerando variações por rede de ensino, localização geográfica e sua relação com os resultados do Saeb para turmas de 5º ano. Os principais achados indicam: (1) uma assimetria substancial no nível socioeconômico das escolas de Alagoas e do Brasil; (2) essa assimetria é intensificada entre redes de ensino e localização; (3) o desempenho escolar no Saeb depende fortemente do nível socioeconômico, mas é menor em Alagoas, tornando o sistema de ensino alagoano mais equânime que o nacional. **Palavras-chave:** Desigualdades educacionais. Indicador de nível socioeconômico. Educação básica em Alagoas.

Abstract

Using the Socioeconomic Level Indicator (Inse), we seek to identify educational inequalities in basic education in Alagoas and its influence on student performance in the Inep tests. Methodologically, we adopted a descriptive and exploratory approach to analyze the Inse of schools, considering variations by education network, geographic location and its relationship with the Saeb results for 5th grade classes. The main findings indicate: (1) a substantial asymmetry in the socioeconomic level of schools in Alagoas and Brazil; (2) this asymmetry is intensified between education networks and location; (3) school performance in the Saeb strongly depends on socioeconomic level, but is lower in Alagoas, making the Alagoas education system more equitable than the national one.

Keywords: Educational inequalities. Socioeconomic level indicator. Basic education in Alagoas.

Introdução

Ao longo das últimas três décadas, o Brasil empreendeu um grande esforço em busca da universalização da educação básica. Diversos estudos e dados governamentais sugerem que esse objetivo está próximo de ser alcançado (Lima, 2011). Enquanto o ensino fundamental é praticamente universalizado, o ensino médio está em vias de ser, e a educação infantil permanece como uma meta a ser alcançada nos próximos anos, conforme descrito pelas metas do Plano Nacional de Educação (PNE). À medida que a cobertura do ensino fundamental se universalizou, a atenção se voltou para outras necessidades, com a qualidade das escolas, emergindo como um ponto central de críticas (Oliveira, 2007).

As escolas brasileiras apresentam diversas dificuldades, tanto em termos estruturais quanto de aprendizado. A institucionalização de mecanismos de avaliação sistemática e regular, como o Censo Escolar, a Prova Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), expôs muitos dos problemas vivenciados pelo sistema de ensino no Brasil (Bonamino; Franco, 1999). No que tange ao aprendizado, as avaliações locais do Saeb e as internacionais do Pisa situaram a qualidade educacional brasileira em termos nacionais e internacionais. De acordo com os resultados do Pisa de 2022, o Brasil continua ocupando posições inferiores entre os 81 países avaliados.

Por outro lado, o país tem avançado na direção de alterar essa situação em relação à qualidade da educação. Fundos de investimentos, como FUNDEB e FNDE, são hoje institucionalizados e operantes, destinando quantias bastante significativas para as redes estaduais e municipais de ensino. O montante orçamentário dos fundos segue aumentando graças a iniciativas como a Emenda Constitucional 108, que aumenta a contribuição da União para o FUNDEB em 23%. Além disso, programas de expansão do tempo de permanência na escola, como os planos de ensino de tempo integral, e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) têm sido fundamentais para a criação e a manutenção de um plano de desenvolvimento da educação básica em abrangência nacional (Brasil, 2014).

Essas ações partem do princípio de que considerações sobre a qualidade estrutural das escolas e as condições de trabalho dos docentes (formação e remuneração adequadas) são aspectos centrais para o desenvolvimento da educação

básica de qualidade no país. Entretanto, menos atenção tem sido dada ao fato de que diversas pesquisas nacionais e internacionais alertam para as limitações das ações que focalizam exclusivamente as unidades escolares sobre o sucesso escolar e as implicações das desigualdades educacionais sobre a trajetória dos estudantes (Bonamino *et al.*, 2010). Com o objetivo de lançar luz sobre esse tema, o nosso trabalho visa analisar o cenário atual das desigualdades educacionais na educação básica pública no estado de Alagoas, descrevendo a composição socioeconômica das escolas com base no Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) e sua relação com um dos principais indicadores de desempenho e qualidade escolar: o aproveitamento nas avaliações do Saeb.

Em termos metodológicos, este trabalho é descritivo e exploratório e mapeia as condições escolares em termos de desigualdade de origem. Para tanto, fazemos uso de uma série de dados disponibilizados pelo Inep acerca da composição das escolas em termos de nível socioeconômico e seu desempenho em matemática e português na avaliação do Saeb. Todos os dados utilizados são relativos à avaliação realizada em 2021. Até o presente momento são os dados mais recentes disponíveis. Estudos descritivos, como o aqui proposto, são centrais para o acompanhamento da gestão escolar e para o desenvolvimento de políticas educacionais eficazes em contextos de elevada desigualdade social.

Nesse sentido, este estudo busca identificar padrões nas assimetrias educacionais em Alagoas e como essas assimetrias afetam o desempenho das escolas públicas do estado. Identificar essa variação contextual pode contribuir para a criação de políticas públicas focalizadas em contextos específicos, tratando desigualmente os desiguais. Portanto, este trabalho pretende não apenas mapear as desigualdades existentes em Alagoas, mas também contribuir para o debate sobre a melhoria das condições educacionais no estado, oferecendo uma base sólida para futuras pesquisas, diagnósticos, elaboração e implementação de políticas públicas educacionais.

1 Revisão bibliográfica

1.1 A relação entre nível socioeconômico, sucesso escolar e mobilidade social

O estudo das relações entre condições socioeconômicas e educação conta hoje com uma larga produção, embora a sua jornada seja relativamente recente. Em conjunto, a literatura argumenta que essa revolução data, principalmente, do influente trabalho de Coleman e colaboradores (Coleman *et al.*, 1966), produzido acerca do sistema de ensino norte-americano na década de 1960. O relatório Coleman, como ficou conhecido, serviu como porta de entrada para o debate sobre as limitações do investimento financeiro público para o desempenho educacional e o sucesso escolar dos estudantes (Salej, 2005).

Até então, as principais correntes de pensamento sobre desempenho educacional via na escola uma instituição capaz de promover a ascensão social dos indivíduos por meio da educação formal. A educação através da escola pública era vista como principal mecanismo de transformação social e desenvolvimento econômico. Havia, portanto, a suposição de que os estudantes que frequentassem as melhores escolas em termos de estrutura alcançariam, por conseguinte, os melhores resultados (Lee, 2019). Com efeito, a melhora dos resultados educacionais dos estudantes passava pelo massivo investimento na qualidade das escolas.

Os resultados do relatório Coleman, por outro lado, levantaram evidências em outra direção: os resultados educacionais dos estudantes passavam muito mais pelas características socioeconômicas familiares do que pela qualidade das escolas (Lee, 2019). Muitos estudos passaram a ser desenvolvidos de modo a investigar se, de fato, a escola não seria importante para o desempenho dos estudantes, criando-se um campo novo focado em avaliar o efeito-escola (Lee, 2019; Rivkin; Hanushek; Kain, 2005). Em outra direção, agendas relevantes continuaram a tradição de avaliação dos efeitos externos à escola, em especial, o impacto do capital social, econômico e cultural sobre o desempenho escolar dos estudantes (Bourdieu; Nogueira, 1998; Bourdieu; Passeron, 2010).

Os estudos do efeito-escola têm como objetivo central identificar quais são as variáveis escolares que promovem o maior ou o menor aprendizado escolar por parte dos estudantes. Grande parte das pesquisas, principalmente internacionais, avaliam

os recursos didáticos e tecnológicos disponíveis na escola, o tamanho da escola, o tamanho das turmas, o tipo de rede de ensino (pública ou privada), o tipo de permanência (meio período ou integral); a organização acadêmica, a estrutura curricular, a organização social da escola (relações entre a comunidade escolar), entre outros (Rutter; Maughan, 2002). Um aspecto pertinente para os estudos do efeito-escola é sua disposição temporal: só é possível mensurar o efeito-escola com base em estudos longitudinais, isto é, estudos que levam em conta o desempenho dos mesmos estudantes ao longo do tempo em sucessivas avaliações, no decorrer da trajetória educacional dos estudantes (Lee, 2019).

Por sua vez, os estudos que buscam estimar o tamanho da influência da origem familiar sobre os resultados educacionais buscam avaliar como a posse de recursos socioeconômicos, distribuídos desigualmente na forma de distintos capitais (econômico, cultural, social e político) são capazes de impactar profundamente a trajetória educacional dos estudantes (Bonamino *et al.*, 2010). Na seara dos efeitos exercidos pelo capital social e cultural, transmitidos pelas famílias, há uma crítica direta à tendência de enxergar a escola como um ambiente neutro, em que os resultados educacionais são consequência do talento e do esforço individual dos estudantes (Duarte, 2013). Assumir essa neutralidade é ignorar que a escola pode ser um ambiente de manutenção e legitimação das relações sociais desiguais presentes dentro e fora da escola (Bourdieu; Passeron, 2010). Ao se avaliar resultados educacionais, é necessário evidenciar as desigualdades socioeconômicas inscritas nos pontos de partida ou nas linhas de largada dos estudantes.

Na frente que investiga o efeito família, a literatura é bastante ampla acerca da forma em que as condições socioeconômicas familiares são mensuradas. Dentre as principais variáveis utilizadas, é frequente o uso da ocupação dos pais, do nível educacional dos pais e dos recursos econômicos da família (Alves; Soares, 2013). Contudo, em comum, diversos estudos partem do princípio teórico de que esses indicadores mensuram a posição que uma família ocupa na estrutura da hierarquia social baseada na posse dos diferentes recursos disponíveis – seja puramente econômica, social e cultural. De fato, independentemente do indicador, a maior parte das pesquisas educacionais apontam evidências de que as condições socioeconômicas

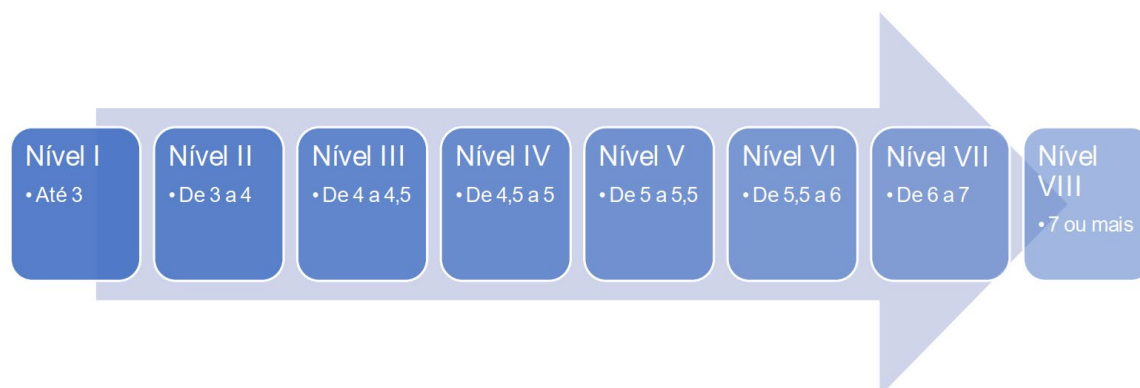
dos estudantes são os principais responsáveis pelos resultados escolares e o desempenho acadêmico dos estudantes (Coleman *et al.*, 1966; Eriksson *et al.*, 2021).

Como base nesse interim e para acompanhar os efeitos da origem familiar sobre os resultados educacionais no Brasil, o Inep desenvolveu uma medida de perfil socioeconômico dos estudantes brasileiros. Na próxima seção, discorreremos um pouco sobre as suas principais características.

1.2 O Indicador de Nível Socioeconômico (INSE)

O Inse é um indicador calculado pelo Inep, que tem como objetivo mensurar o nível socioeconômico dos estudantes de uma escola, com base na posse de bens domésticos, da renda familiar, da contratação de serviços domésticos e da escolaridade dos pais (Brasil, 2015a). Essa medida é calculada com base em respostas de questionários contextuais respondidos pelos estudantes que participaram de avaliações de aprendizado, tais como Prova Brasil, Saeb e Enem, e começou a ser calculado a partir de 2014 para a educação básica e para anos anteriores nas edições do ENEM (Brasil, 2015b). Na educação básica, os alunos que participam das avaliações referem-se aqueles de 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3ª e 4ª séries do ensino médio (Brasil, 2023).

Em suas primeiras versões, o Inse era apresentado como uma escala numérica que apresentava média de 50 pontos e desvio padrão de 10, bem como em uma escala ordinal de sete níveis que agrupava as notas em sete categorias, de modo a localizar os valores da escola numérica em um contexto de posse de bens, serviços e escolaridade dos pais (Brasil, 2015a). Em versões mais recentes, a escala passou a variar com média 5 e desvio padrão de 1 (Brasil, 2023). A escala categórica ordinal passou também para oito categorias de níveis socioeconômicos, como apresentamos na figura abaixo.

Figura 1 – Níveis e faixa de valores das escalas do Inse.

Fonte: Brasil (2023).

Como vemos, a categoria Nível I é aquela com menor valor da escala (até 3 pontos), indicando menor posse de bens e serviços, bem como menor escolaridade dos pais. Quanto maior os valores da escala, maior o nível socioeconômico da unidade observada. O Inep também disponibiliza um quadro contextual do nível socioeconômico, como podemos ver no quadro reproduzido abaixo.

Quadro 1 – Descrição contextual da classificação do Inse.

Níveis	Descrição
I	Neste nível, os estudantes estão entre um e dois desvios-padrão abaixo da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, uma televisão, um banheiro, sendo que eles não possuem muitos dos bens e serviços pesquisados. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir máquina de lavar roupa, um ou dois celulares com internet, um ou dois quartos para dormir, wi-fi, mesa para estudar e escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre até o 5º ano do ensino fundamental incompleto e o ensino médio completo.
II	Neste nível, os estudantes estão entre um e dois desvios-padrão abaixo da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, uma televisão, um banheiro, sendo que eles não possuem muitos dos bens e serviços pesquisados. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir máquina de lavar roupa, um ou dois celulares com internet, um ou dois quartos para dormir, wi-fi, mesa para estudar e escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre até o 5º ano do ensino fundamental incompleto e o ensino médio completo.
III	Neste nível, os estudantes estão entre meio e um desvio-padrão abaixo da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, uma televisão, um banheiro, wi-fi e máquina de lavar roupa, sendo que eles não possuem muitos dos bens e serviços pesquisados. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir freezer, TV por internet, dois ou mais quartos para dormir, dois ou mais celulares com internet e a escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre o 5º ano do ensino fundamental completo e o ensino médio completo.

IV	Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão abaixo da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupa, TV por internet, freezer e dois ou mais celulares com internet, sendo que eles não possuem alguns dos bens e serviços pesquisados. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir uma ou duas televisões, forno de micro-ondas, garagem, carro, mesa para estudar, um computador, dois ou mais quartos para dormir e escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre o 5º ano do ensino fundamental completo e o ensino médio completo.
V	Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão acima da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, dois ou mais celulares com internet, um carro, mesa para estudar, wi-fi, TV por internet, garagem, forno de micro-ondas, máquina de lavar roupa e freezer. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir um ou dois banheiros, uma ou duas televisões, dois ou mais quartos para dormir, aspirador de pó, um computador e escolaridade da mãe (ou responsável) variando entre ensino médio e ensino superior completo e do pai (ou responsável) entre o ensino fundamental completo e o ensino médio completo.
VI	Neste nível, os estudantes estão de meio a um desvio-padrão acima da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, dois ou mais celulares com internet, um carro, mesa para estudar, wi-fi, TV por internet, garagem, forno de micro-ondas, máquina de lavar roupa, freezer e aspirador de pó. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir um ou dois banheiros, uma ou duas televisões, dois ou mais quartos para dormir, um ou mais computadores e escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre ensino médio e ensino superior completo.
VII	Neste nível, os estudantes estão de um a dois desvios-padrão acima da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa três ou mais quartos para dormir, dois ou mais computadores, garagem, mesa para estudar, wi-fi, máquina de lavar roupa, TV por internet, freezer, aspirador de pó, forno de micro-ondas e três ou mais celulares com internet. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir dois ou mais banheiros, um ou mais carros, duas ou mais televisões, uma ou mais geladeiras e escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre o ensino médio e o ensino superior completo.
VIII	Este é o nível superior da escala no qual os estudantes estão dois desvios-padrão ou mais acima da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa todas as respostas mais altas sobre os bens, ou seja: duas geladeiras, três ou mais quartos para dormir, três ou mais televisões, três ou mais banheiros, três ou mais celulares com internet, dois ou mais computadores, garagem, mesa para estudar, wi-fi, máquina de lavar roupa, TV por internet, forno de micro-ondas, freezer e aspirador de pó. A escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) é caracterizada por ensino superior completo.

Fonte: Brasil (2023).

A escala contextual do Inse é um recurso bastante informativo acerca da composição socioeconômica das famílias dos estudantes e de como se distribui o valor numérico do Inse. Há bastante informações a serem exploradas, mas podemos destacar algumas mais marcantes na distribuição das características socioeconômicas das famílias. Famílias enquadradas acima da média do Inse (Níveis V e acima) apresentam a maioria dos bens e serviços listados nos questionários. Além disso, elas tendem a possuir mais de uma unidade de cada bem assinalado e possuem residências com maior

estrutura (garagem, dois banheiros, três quartos ou mais etc.). Em conjunto, a posse desses bens tanto estimam o nível socioeconômico como tem efeito sobre a qualidade de vida das crianças. Como vemos na figura 1 e no quadro 1, as famílias listadas nos níveis I a III não possuem a maior parte dos bens listados nos questionários e tendem a apresentar apenas uma unidade da maioria dos bens que possuem.

Em primeiro lugar (1), a escolaridade dos pais passa a apresentar uma diferença consistente para os indivíduos que estão nos níveis acima da média nacional do Inse (a partir do Nível V, equivalente a um e score de 5 ou mais); 2) podemos notar que pelo menos um dos responsáveis (mãe ou pai) indica ter ensino superior, mesmo que incompleto, a partir do Nível V. A frequência desse perfil nos Níveis I a IV não chega a ser mencionada. Como já discutimos anteriormente, a escolaridade dos pais é bastante utilizada para mensurar a condição socioeconômica familiar (Eriksson *et al.*, 2021). Além desse aspecto, contudo, a escolaridade dos pais é elemento fundamental para as pretensões e o sucesso escolar das crianças (Boudon, 1981) nos médio e longo prazos, além de já afetarem as condições sociais e materiais do presente da criança.

Pais com menor grau de escolaridade exercem ocupações inferiores no mercado de trabalho, possuem menos acesso a bens e serviços culturais e menor condição de suporte pedagógico aos filhos. Barros *et al.* (2011) identificaram que crianças filhas de pais de baixa escolaridade apresentam maior probabilidade de serem adultos com baixa escolaridade. Da mesma forma, Reis e Ramos (2011) identificaram que trabalhadores de pais menos escolarizados possuem menor remuneração no mercado de trabalho do que a sua contraparte, que possuem pais mais escolarizados. Esse efeito contribui diretamente para o insucesso escolar e para a transmissão intergeracional da pobreza, sendo este um fenômeno estudado e observado no Brasil há bastante tempo.

É importante notar que, em 2021, 48,4% dos estudantes que tiveram seu Inse calculados foram enquadrados como pertencentes aos Níveis de I a IV (Brasil, 2023), que indica que cerca da metade da amostra de estudantes que foram avaliados possuem pelo menos um dos responsáveis sem formação de nível superior, mesmo que incompleto. Neste trabalho, pretendemos olhar para o cenário específico de Alagoas. Para isso, utilizaremos o Inse e descreveremos como esses dados se distribuem no território alagoano e como esse estado se comporta em relação ao padrão observado

nacionalmente. A seção abaixo descreve os principais elementos dos procedimentos metodológicos adotados neste trabalho.

2 Dados e métodos

O quadro abaixo sumariza as informações sobre o conjunto de variáveis que utilizaremos para analisar o perfil das escolas alagoanas em termos de origem socioeconômica dos seus alunos.

Quadro 2 – Descrição das variáveis usadas.

Variável	Descrição	Fonte
Inse	Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) mensurado quantitativamente em uma escala teórica entre 0 e 10, aproximadamente.	INEP
Classificação Inse	Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) mensurado de forma qualitativa, categórica ordinal, em que apresenta 8 categorias, ou níveis socioeconômicos das famílias dos estudantes.	INEP
Tipo de rede	O tipo de rede de ensino da escola: federal, estadual ou municipal.	INEP
Tipo de localização	O tipo de área onde a escola está situada: urbana ou rural.	INEP
Tipo de cidade	Indica se a escola está situada em uma capital ou interior.	INEP
Nota média Saeb	O valor da nota da escola na avaliação do Saeb, nas áreas de conhecimento de matemática e português.	INEP
Nível de proficiência	Uma classificação do nível de proficiência baseada na nota média obtida pela escola: insuficiente, básico, proficiente, avançado.	Soares (2009); Todos pela Educação

Fonte: Elaboração própria.

O nosso principal item de interesse é o indicador Inse. Como se observou no quadro 2, o Inse é apresentado de duas formas: (a) em uma escala numérica, que varia a partir de 0 a 10 teoricamente, mas que até o momento não ultrapassa o valor de 7; e (b) em uma escala de classificação categórica ordinal, como visto na figura 1 e no quadro 1. Neste trabalho utilizaremos ambas as escalas, mas enfatizaremos mais a escala de classificação categórica. Em termos de unidade de análise, os dados estão agregados no nível da escola e não do estudante. Nesse sentido, o nível socioeconômico escolar é um resultado da agregação das médias das notas deste indicador para aqueles estudantes da escola que participaram da avaliação do Saeb 2021. Essas mesmas médias escolares são agregadas novamente na criação da classificação do Inse, nos oito níveis descritos.

Para contextualizarmos o Inse e entendermos de forma mais profunda os seus efeitos, teceremos comparações entre as escolas em termos do tipo de rede da escola (federal, estadual e municipal), da sua localização (urbana ou rural), e do seu tipo de cidade (capital ou interior). O nosso objetivo é identificar como o nível socioeconômico se distribui em relação a cada característica escolar. Essa informação é extremamente relevante para situarmos a disposição das desigualdades escolares de forma mais precisa e fidedigna.

Para analisarmos a relação entre o Inse e o desempenho escolar, selecionamos duas métricas: (a) a nota média da escola no Saeb, em português e matemática, apenas para as turmas dos anos iniciais (5º ano); (b) uma classificação da proficiência em relação a essas duas áreas de conhecimento. No primeiro caso, a nota é calculada e disponibilizada pelo Inep. Devido às novas regras de disponibilização de dados do INEP, elaboradas a partir da nova lei de proteção à informação (LGPD, lei nº 18.709/2018), não foi possível acessar os dados do nível dos estudantes e nem das escolas¹. Por isso, usamos neste trabalho os dados disponibilizados pelo Inep na divulgação do IDEB 2021. Esses dados contêm as notas médias das escolas no SAEB para todas as unidades de ensino que cumpriram os requisitos de divulgação estabelecidos.

No segundo caso, usamos uma métrica desenvolvida por Soares (2009) e pelo Todos pela Educação, que tem sido uma alternativa qualitativa de análise da métrica do Saeb nesse campo de estudo². De forma qualitativa, diversos profissionais da educação desenvolveram uma medida que agrega a escala numérica do Saeb em quatro categorias: insuficiente, básico, proficiente e avançado. Essa escala varia por ano letivo e por disciplina do conhecimento.

Quadro 3 – Escalas de proficiência Saeb – 5º ano.

Classificação	Descrição	Pontuação do 5º ano
Insuficiente	Os alunos neste nível apresentaram pouquíssimo aprendizado. É necessária a recuperação de conteúdo.	Português: até 150; Matemática: 0 a 174.

¹Para acessar mais informações, veja: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/tratamento-de-dados-pessoais/implementacao>.

²Para acessar mais informações, veja a página do QEDU em: <https://academia.qedu.org.br/como-usar/navegue-no-qedu/distribuicao-por-niveis-de-proficiencia/?repeat=w3tc>.

Básico	Os alunos neste nível precisam melhorar. Sugerem-se atividades de reforço.	Português: de 150 a 200; Matemática: 175 a 224.
Proficiente	Os alunos neste nível encontram-se preparados para continuar os estudos. Recomenda-se atividades de aprofundamento.	Português: de 200 a 250; Matemática: 225 a 274.
Avançado	Aprendizado além da expectativa. Recomenda-se para os alunos neste nível atividades desafiadoras.	Português: acima de 250; Matemática: igual ou maior que 275.

Fonte: Adaptação de Soares (2009); QEDU³ e Todos e Pela Educação⁴.

Em conjunto, ambas as métricas nos permitem conhecermos mais profundamente o estado do aprendizado nas escolas do estado de Alagoas, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa. Em termos de métodos e técnicas, usamos uma abordagem descritiva e exploratória fazendo uso frequente de técnicas estatísticas para descrição e análise de dados. As análises foram todas conduzidas utilizando o *software* R em sua versão 4.3.0 (R Core Team, 2023).

3 Resultados

3.1 O Inse no Brasil: uma análise nacional e regional

Para compreendermos de forma mais precisa a situação das desigualdades educacionais em Alagoas, faz-se necessário tecer comparações com outras unidades geográficas. Por esse motivo utilizaremos como *benchmark* os números do Brasil como um todo. Dessa forma, seremos capazes de identificar as nuances entre o contexto alagoano e o contexto nacional mais amplo. O gráfico 1 compara as médias do Inse por rede de ensino e por estado para entendermos como essas desigualdades estão distribuídas de forma menos agregada ao longo do território. Nesses mapas, as escalas são independentes entre os tipos de rede. Isso significa que as cores da rede federal não podem ser comparadas diretamente com as cores das demais redes e vice-versa.

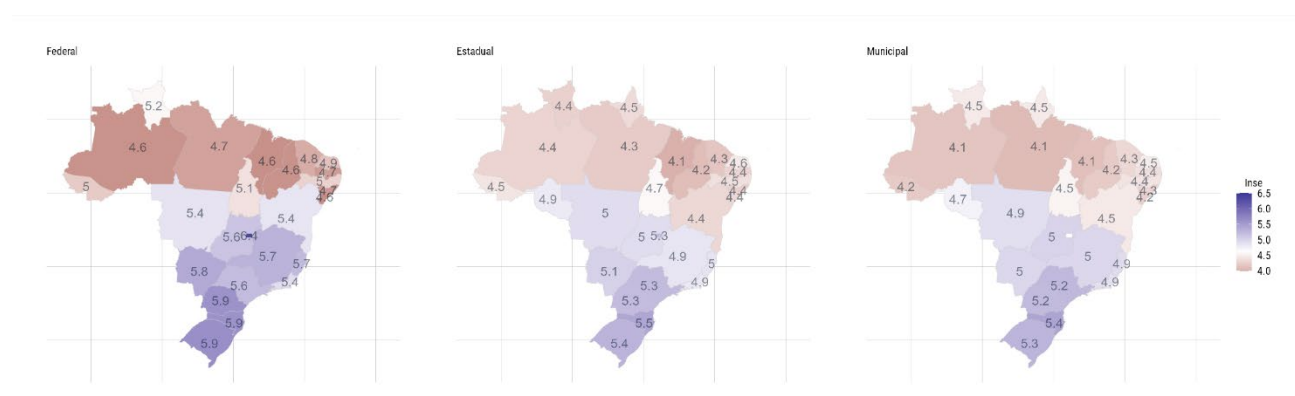
A rede federal alagoana possui escolas com menor Inse médio comparado com a rede federal de todos os demais estados. Enquanto Santa Catarina possui o maior Inse médio (5.88), Alagoas apresenta o menor (4.54). No caso da rede estadual,

³Mais informações em: <https://qedu.org.br/brasil/aprendizado>.

⁴Ver também uma explicação geral sobre o Saeb e a aplicação da escala de proficiência: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/analisar-criticamente-os-resultados-de-aprendizagem-dos-estudantes-brasileiros-passa-por-compreender-tri-e-escala-saeb/>.

Alagoas é o 4º estado com Inse médio mais baixo (4.28); apenas Pará, Ceará, Piauí e Maranhão possuem Inse menor. Finalmente, na rede municipal Alagoas é o 7º estado com Inse médio mais baixo, registrando 4.22. A visualização através de mapa permite constatar como o Inse é desigualmente distribuído entre as unidades da federação, mas também entre as regiões. Notemos como o Inse dos estados das regiões Norte e Nordeste estão sistematicamente abaixo da média nacional, independentemente da rede de ensino. Isso significa que o Inse está bastante associado aos demais indicadores de pobreza e extrema pobreza dos estados, visto que as regiões Norte e Nordeste apresentam os piores indicadores do Brasil a esse respeito.

Gráfico 1 – Inse médio por estado.

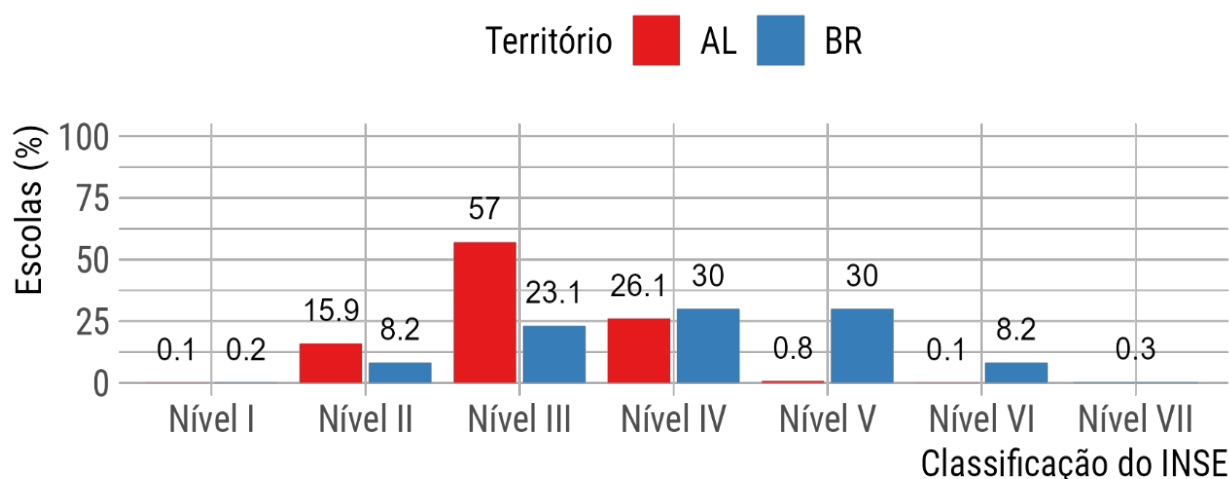


Fonte: Elaboração própria.

No mapa, cores mais azuis indicam Inse acima da média, enquanto mais vermelhos indicam que o Inse está bem abaixo da média. Tons mais claros indicam que o estado apresenta Inse próximo à média nacional. A média estadual refere-se à média do Inse de cada escola agregada para o estado como um todo.

3.2 O Inse em Alagoas

Uma vez que conhecemos como o Inse se distribui nacionalmente entre os estados e por rede de ensino, passemos agora a analisar mais detidamente a situação específica do estado de Alagoas em sua interface com o Brasil como um todo. O gráfico abaixo apresenta a composição (frequência percentual) das escolas de Alagoas e do Brasil em relação aos níveis do Inse, como descrito no Quadro 1.

Gráfico 2 – Composição das escolas alagoanas (%)⁵.

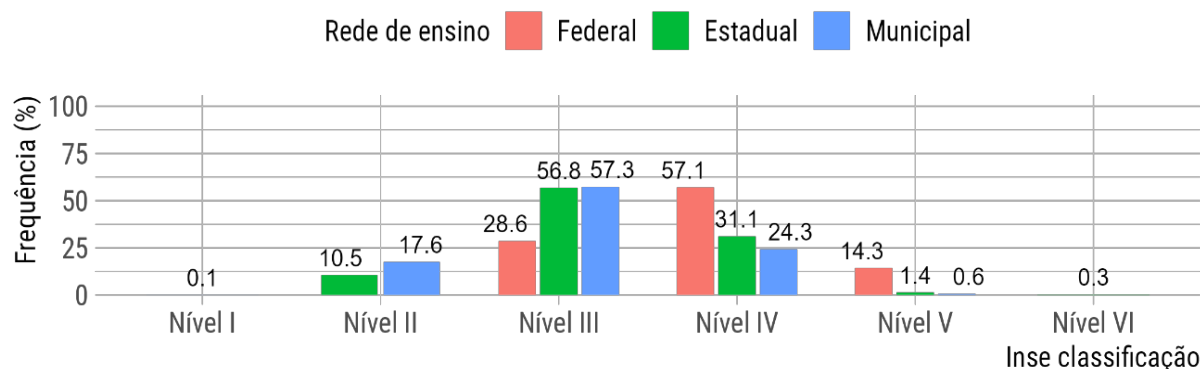
Fonte: Elaboração própria.

A maior parte das escolas do estado são de nível III (57%), enquanto no Brasil esse percentual é de 23,1%, o que atesta a diferença socioeconômica das famílias alagoanas em relação às daquelas do Brasil⁶. Significa que Alagoas possui proporcionalmente 2,5 vezes mais escolas de nível III do que o Brasil como um todo. Adicionalmente, em Alagoas 15,9% de escolas são de nível II, enquanto somente 8,2% são de nível II no Brasil (uma diferença 1,9 vezes maior). À medida que os níveis socioeconômicos se elevam, menor é a proporção de escolas alagoanas no perfil. Vê-se que, em Alagoas, apenas 0,8% das escolas são de nível V, enquanto no Brasil essa porcentagem chega a 30% nacionalmente; da mesma forma, apenas 0,1% das escolas de Alagoas possuem nível VI, enquanto no Brasil esse número chega a ser de 8,2%.

A seguir, vamos avaliar se o Inse é independente da rede de ensino, da área e da localização das escolas. A frequência fecha 100% na área e na localização, portanto, em um eventual cenário de igualdade as barras das escolas deveriam apresentar frequências semelhantes. O gráfico 3 sumariza essa relação para Inse e rede de ensino.

⁵Nesse tipo de comparação, as frequências ou as médias do Brasil foram calculadas sem Alagoas.

⁶Note que na edição de 2021 não houve escolas registradas no Nível VIII. Isso não significa que não tenham alunos de Nível VIII. O nível da escola é uma média de seus alunos, indicando apenas que não houve escolas públicas em que a maioria dos alunos pertencesse a famílias com os maiores níveis socioeconômicos do Inse.

Gráfico 3 – Escolas por rede e nível Inse em Alagoas (%).

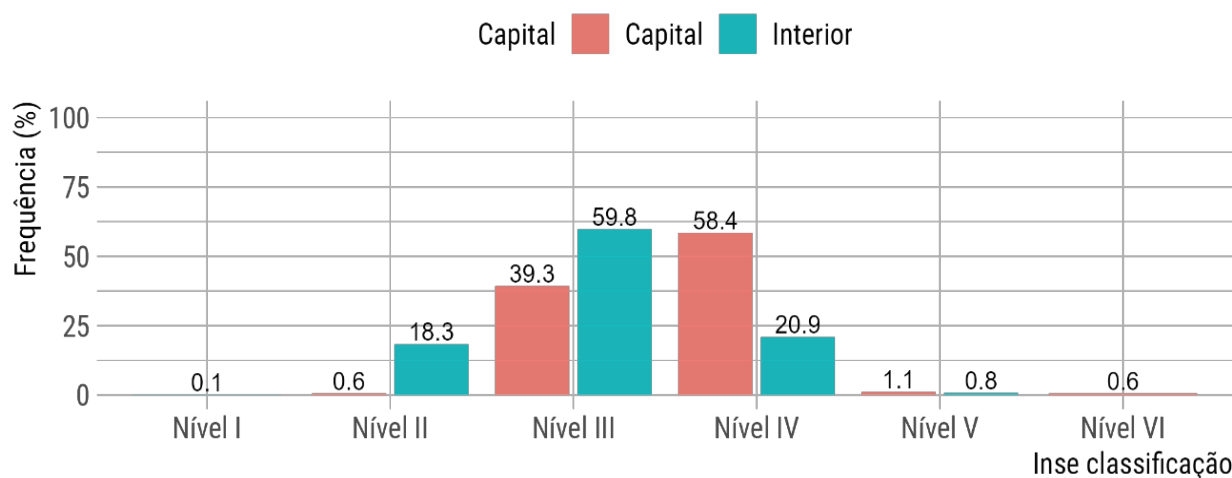
Fonte: Elaboração própria.

Já vimos no gráfico 2 que 57% das escolas alagoanas são de perfil de nível III. No gráfico 3 observamos que 56,8% e 57,3% das escolas estaduais e municipais, respectivamente, são de nível III, mas apenas 28,6% das escolas federais estão nesse nível em Alagoas. Podemos notar que a maior parte das escolas federais do estado de Alagoas são de nível IV e V (que somam 71,4%). Portanto, constata-se uma desigualdade no nível socioeconômico das famílias dos alunos que frequentam escolas federais e as escolas das demais redes de ensino no estado.

Mas essas desigualdades existem também entre escolas municipais e estaduais. Se no nível III não há grandes diferenças, elas se elevam nos níveis IV e V, em que 32,5% das escolas estaduais figuram nesses níveis, enquanto apenas 24,9% das escolas municipais estão situadas nesse nível. Se o nível socioeconômico das famílias não estivesse relacionado às redes escolares, esperaríamos que as distribuições fossem iguais em cada categoria, mas não é isso que observamos. Escolas federais tendem a possuir níveis socioeconômicos maiores, em seguida as escolas estaduais e, por último, as escolas municipais que tendem a apresentar mais escolas nos níveis mais baixos do Inse. O gráfico 4 sumariza essa relação para Inse e localização.

Como visto no gráfico 4, a única escola de nível I é de interior e representa 0,1% de todas as escolas do interior.

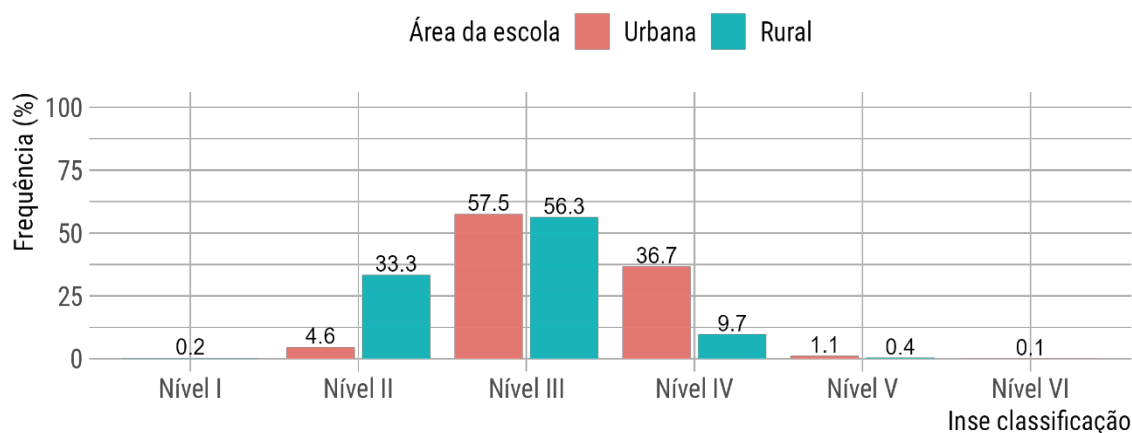
Gráfico 4 – Composição do Inse por localização da escola.



Fonte: Elaboração própria.

A única escola de nível I é de interior e representa 0,1% de todas as escolas do interior. Ao contrário, constata-se que a única escola de nível VI é da capital, e representa 0,6% de todas as escolas da capital. 58,4% das escolas localizadas na capital são de nível IV, enquanto apenas 20,9% das escolas de interior possuem esse nível. Observa-se que o contrário ocorre no Nível III: 59,8% das escolas de interior são de nível III, enquanto 39,3% das escolas da capital estão nesse nível. Essa diferença chega a ser maior no nível II: 18,3% das escolas do interior do estado estão nesse estrato, enquanto apenas 0,6% das escolas da capital apresentam esse nível. A mesma constatação pode ser feita por localização, se rural ou urbana, no gráfico 5.

Gráfico 5 – Composição do Inse por área geográfica.



Fonte: Elaboração própria.

O primeiro aspecto a notar é que a proporção de escolas rural e urbana com nível III é semelhante, algo bem diferente da área da escola visto anteriormente: 57,5% das escolas urbanas e 56,3% são de nível socioeconômico III (patamar próximo do que observamos na distribuição total das escolas). Porém, as desigualdades se revelam nos níveis acima e abaixo da classificação. Observe que 33,3% (um terço) das escolas rurais são de nível II, enquanto somente 4,6% das escolas urbanas possuem nível socioeconômico tão baixo. Em segundo lugar e ao contrário desse dado, 36,7% das escolas urbanas são de nível IV, enquanto apenas 9,7% são rurais nesse nível. Essa diferença chega a ser maior no nível V, em que 1,1% (nove escolas) das escolas urbanas estão nesse nível, mas apenas 0,4% (duas unidades) das escolas rurais chegam a esse nível.

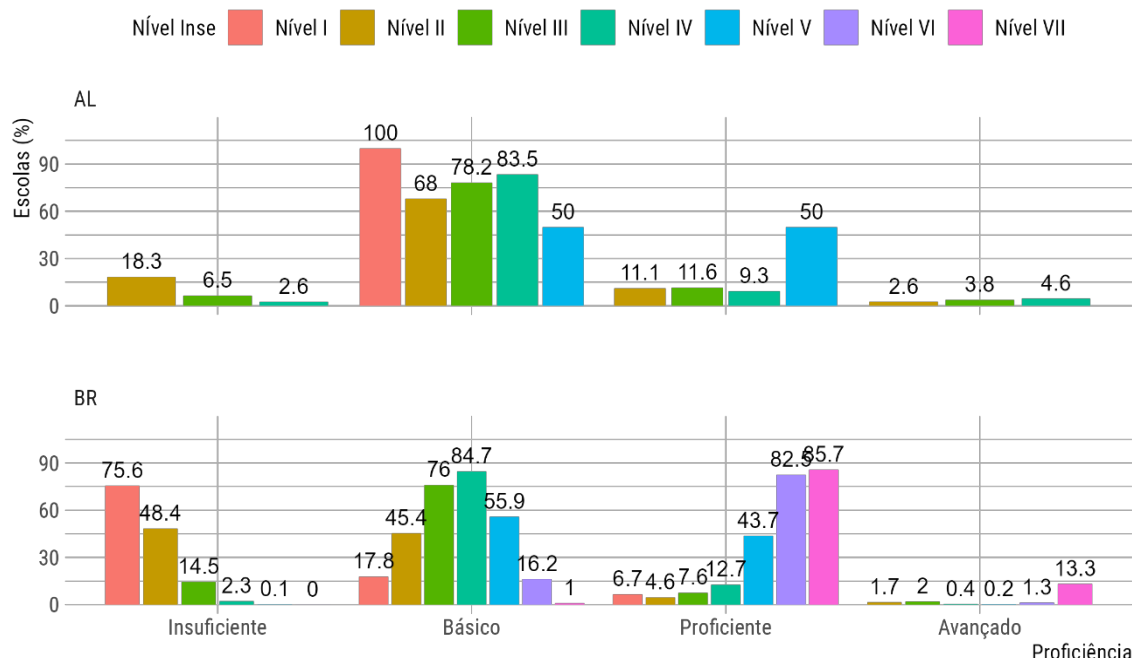
Nesse sentido, observamos que a desigualdade resultante do baixo nível socioeconômico das escolas alagoanas amplia-se à medida que as escolas mais pobres tendem a ser municipais rurais e localizadas no interior do estado. Agora, precisamos saber como essas condições socioeconômicas estão relacionadas ao desempenho do aprendizado dos estudantes. Nesse sentido, pretendemos observar se as desigualdades de origem familiar afetam as desigualdades de aproveitamento e sucesso escolar.

3.3 Inse e desempenho cognitivo em Alagoas

Passemos agora a avaliar a relação entre o Inse e o Saeb. O gráfico 6 compara a proporção de escolas por nível de Inse e nível de proficiência na área de matemática, em Alagoas e no Brasil. Para o Brasil (painel inferior), observamos o padrão esperado da relação entre Inse e proficiência em matemática. Nota-se que 75,6% das escolas de Inse nível I apresentam proficiência insuficiente em matemática, outros 17,8% dessas escolas apresentam nível básico, e, finalmente, 6,7% apresentam nível proficiente. Ou seja, à medida que o nível do Inse aumenta, promove-se um maior nível de proficiência na disciplina. Observa-se que escolas de Nível I e Nível II apresentam desempenho majoritariamente insuficiente. Vê-se também que as escolas de Nível III e Nível IV apresentam desempenho majoritariamente básico. Ao contrário, as escolas

de Nível V ou superior estão concentradas, principalmente, nas escalas de desempenho proficiente e avançado⁷.

Gráfico 6 – Inse x proficiência em Matemática – Alagoas e Brasil.



Fonte: Elaboração própria.

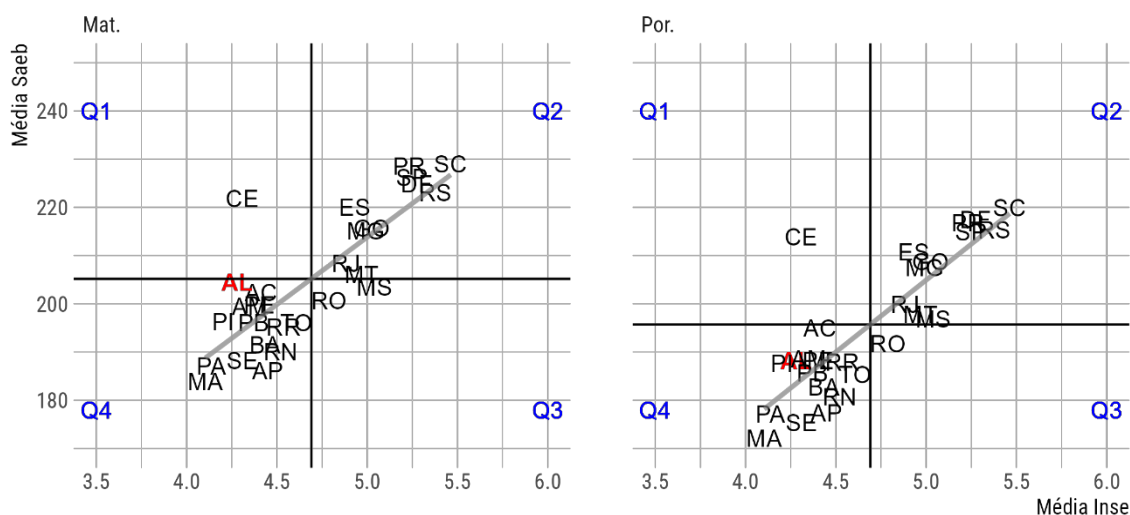
Para Alagoas (painel superior) há afastamentos em relação ao padrão nacional. Todas as escolas de Nível I apresentam nível de proficiência básico⁸. Contudo, à medida que o Inse aumenta, menos escolas alagoanas estão localizadas no nível insuficiente de proficiência. Observa-se que a maior parte das escolas de Alagoas estão localizadas com nível básico de proficiência. Nesse sentido, há uma correspondência bastante acentuada entre o desempenho na aprendizagem de Matemática (grau de proficiência) e o nível socioeconômico das escolas e, por conseguinte, das famílias dos estudantes. Em Alagoas, a maioria das escolas figuram no grau básico de proficiência e essas escolas também figuram nos menores níveis do Inse, níveis II, III e IV, figurando uma menor quantidade de escolas no nível V. Já no nível de aprendizagem proficiente figuram 50 escolas, cujo nível no Inse é predominantemente elevado, nível V. O gráfico

⁷Com exceção de escolas de Nível V que, em sua maioria, se localizaram em desempenho básico. Contudo, note que seu contingente no nível proficiente é superior aos demais níveis inferiores de Inse. Enquanto 43,7% de escolas de Nível V são proficientes, apenas 12,7% das escolas de nível IV alcançam esse patamar.

⁸Apenas 0,1% (sendo registrada apenas 1 escola) de escolas alagoanas estão nesse nível (Gráfico 2).

7 compara as médias do Inse e do Saeb por estado. As linhas vertical e horizontal sinalizam a média nacional dos respectivos indicadores, de modo a analisar como cada estado se posiciona nacionalmente.

Gráfico 7 – Relação entre Inse e Saeb por estado (média).



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico demonstra uma forte relação linear entre o Inse e o Saeb para as duas matérias. Para Matemática, o coeficiente de correlação de Pearson é de $r=0.810$ e para português $r=0.830^9$. Embora tratem-se de dados agregados, esses resultados são consonantes com os achados da literatura sobre o tema (Alves; Soares; Xavier, 2016). Eles indicam que quanto maior o Inse, maior é o desempenho de aprendizagem nas escolas. Em âmbito nacional, observamos que o desempenho do aprendizado é bastante dependente das condições de origem socioeconômica dos estudantes vinculados às escolas, mas o gráfico também salienta que há estados que se beneficiam mais ou menos do seu nível socioeconômico. Os quadrantes 2 (Q2) e 4 (Q4) aglutinam a maior parte dos estados, sendo Q2 em que os estados possuem alto desempenho no Saeb e alto Inse. Já o Q4 aglutina os estados com baixo desempenho no Saeb e baixo Inse.

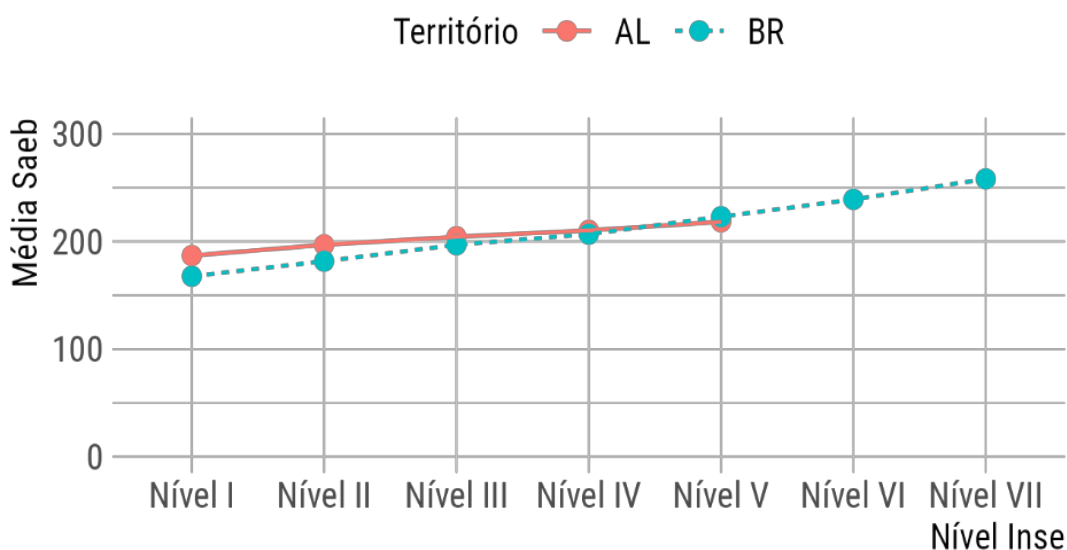
Uma análise detida desses quadrantes expõe a acentuada desigualdade regional brasileira, visto que Q2 é composto, principalmente, pelos estados do Sul e

⁹ O coeficiente de correlação linear de Pearson mensura a direção e a magnitude da associação ou dependência entre duas variáveis numéricas. Ele varia entre -1 (perfeita correlação negativa) a +1 (perfeita correlação positiva), onde 0 significa ausência de correlação.

do Sudeste, enquanto Q4 é composto pelos estados do Norte e do Nordeste, majoritariamente. Finalmente, o Q1 apresenta os estados que estão acima da média no desempenho escolar, mas abaixo da média no Inse. Inversamente, o Q3 apresenta aqueles que estão acima da média no Inse, mas que estão abaixo da média no Saeb. Em Q1 temos apenas o estado do Ceará, representando um caso com alto desempenho, mesmo apresentando escolas constituídas por estudantes de baixo nível socioeconômico. Em Q3 temos apenas o estado de Rondônia, representando o caso que possui Inse acima da média, mas apresenta um baixo desempenho no Saeb. Isso significa que o seu desempenho de aprendizado é incompatível com o nível socioeconômico médio das escolas.

O gráfico 8 abaixo compara a relação linear que é observada no Brasil com aquela de Alagoas. Queremos observar a diferença no Saeb para cada aumento no Inse para avaliar quem se beneficia mais ao aumentar o nível socioeconômico. Ou seja, quem consegue maior aumento na nota do Saeb ao sair do Nível I do Inse ao Nível VII?

Gráfico 8 – Inse x Saeb Matemática: Alagoas x Brasil¹⁰.



Fonte: Elaboração própria.

Segundo o gráfico, em Alagoas o desempenho médio de escolas de Nível I é de 186,9 pontos no Saeb, enquanto escolas de Nível V (o maior do estado em 2021) é de 218,3. Isto representa uma diferença percentual de 14,4% em termos de desempenho

¹⁰Nenhuma escola com Inse de nível VI ou superior teve suas notas médias do Saeb divulgadas.

médio em Matemática. Ou seja, escolas de Nível V possuem uma nota média 14,4% maior do que aquelas que são mais pobres (Nível I). No Brasil, o desempenho médio de escolas de Nível I é de 167,7, enquanto de escolas de Nível V (para manter a comparação) é de 223,1. Esse aspecto representa uma diferença percentual de 24,8% em termos de desempenho médio em Matemática quando comparamos escolas de Nível I com escolas de Nível V no Brasil como um todo. No gráfico 13 a maior discrepância está no nível I, com 11,5% em favor de Alagoas. Esses resultados indicam que, embora a origem socioeconômica continue importante para explicar o desempenho cognitivo, essa relação, de fato, é mais fraca em Alagoas do que no Brasil como um todo.

Considerações finais

Neste trabalho, buscamos analisar as desigualdades educacionais no contexto do estado de Alagoas, comparando o estado com o Brasil e outras regiões. Através de dados do Inse e do Saeb, exploramos a relação entre nível socioeconômico, desempenho escolar e localização das escolas. Ao fim e ao cabo, a nossa intenção é a de avaliar como ocorre a relação entre condições de origem socioeconômica dos estudantes e o sucesso escolar no estado.

Em termos de Inse, observamos que a maioria das escolas (57%) se concentra no Nível III do Inse, indicando um perfil socioeconômico familiar baixo, acima da média nacional (23,1%). Essa disparidade reflete a realidade socioeconômica do estado como um todo, como já descrito em outros indicadores de pobreza no Brasil. Por outro lado, o Inse ainda se distribui de forma desigual entre os diferentes perfis de escolas. Por um lado, escolas federais apresentam nível socioeconômico mais elevado (Níveis IV e V), enquanto escolas municipais e estaduais concentram-se nos níveis mais baixos (II e III). Escolas da capital possuem maior presença nos níveis mais altos (IV e V), enquanto escolas do interior e rurais concentram-se nos níveis mais baixos (II e III). Nesse sentido, observamos que as famílias alagoanas possuem um nível socioeconômico baixo, o que garante uma condição de partida bastante desvantajosa para os seus estudantes, bem abaixo da média nacional. Essas condições

são desigualmente distribuídas entre os diferentes perfis de escolas, tornando essa relação ainda mais desigual.

No que tange ao desempenho escolar, analisamos aqui as notas médias do Saeb, tanto em Matemática quanto em Português para os anos iniciais. Os resultados encontrados sugerem que: (1) escolas da rede municipal apresentam desempenho médio no Saeb em Matemática (11^a posição) e Português (13^a posição), próximo à média nacional, enquanto escolas da rede estadual estão abaixo da média nacional em Matemática (22^a posição) e Português (23^a posição); em termos de nível de proficiência de aprendizado do conteúdo; (2) Alagoas possui mais escolas no nível básico (Matemática e Português) e menos no nível proficiente (especialmente em Português) do que a média nacional. Por sua vez, em Alagoas, as escolas municipais apresentam melhor desempenho em termos de proficiência (Matemática e Português) do que escolas estaduais.

O nosso trabalho analisou, também, a relação entre o Inse e o desempenho no Saeb, em Alagoas e em comparação com o Brasil e outros estados. Observamos um padrão já diagnosticado em outros estudos já realizados sobre o tema no Brasil e em outros lugares do mundo: há uma forte correlação positiva entre Inse e Saeb, indicando que escolas com maior nível socioeconômico tendem a ter melhor desempenho. Isso significa que o desempenho escolar brasileiro é fortemente dependente das condições de origem socioeconômica dos seus estudantes (Boudon, 1981; Reis; Ramos, 2011). Embora o nosso trabalho seja descritivo e exploratório, ele chega as mesmas conclusões que outros estudos mais robustos, que levam em conta também as características das escolas (Alves; Soares; Xavier, 2016).

Esses resultados destacam a necessidade de que políticas educacionais direcionadas ao aumento da qualidade considerem essas desigualdades, caso contrário, correm o risco de serem pouco eficazes ou de ampliarem ainda mais as assimetrias nos resultados educacionais em relação ao nível socioeconômico dos estudantes (Ribeiro, 2011). Por outro lado, o nosso trabalho encontrou evidências de que, em Alagoas, a correlação positiva entre Inse e Saeb é menos forte do que a observada no padrão nacional. Ou seja, o desempenho das escolas alagoanas depende menos do nível socioeconômico dos alunos do que no Brasil como um todo, principalmente nos níveis baixos do Inse. Nesse sentido, os resultados encontrados

indicam que há sistemas educacionais que conseguem ser mais equânimes do que outros. Nessa mesma direção, o maior destaque foi o estado do Ceará, que apresenta um desempenho no Saeb superior ao esperado devido ao seu perfil socioeconômico. Alagoas se aproxima do Ceará em Matemática, com desempenho acima do esperado para o seu nível socioeconômico. Em Português, o desempenho é mais condizente com o Inse, mas ainda ligeiramente superior ao esperado. Estados do Sul e do Sudeste concentram-se no quadrante com alto desempenho em Saeb e Inse, enquanto Norte e Nordeste estão majoritariamente no quadrante com baixo desempenho em ambos.

As desigualdades educacionais em Alagoas são complexas e multifacetadas, com raízes no baixo nível socioeconômico, nas desigualdades entre redes de ensino e nas diferenças espaciais. Apesar das dificuldades, o estado demonstra potencial para superar esses desafios, evidenciado pelo desempenho acima do esperado de algumas escolas, especialmente municipais. Há muito espaço para novas pesquisas que utilizem novos dados e abordem de forma mais complexa os resultados encontrados aqui. A análise se baseia em dados agregados por escolas e estados, o que pode esconder diferenças individuais. A esse respeito, é importante que uma política nacional de disponibilização de dados seja efetivada junto ao Inep. Além disso, fatores como gestão escolar, qualidade do ensino, infraestrutura e engajamento dos alunos também influenciam o desempenho escolar. Todos esses fatores precisam ser levados em conta ao estudar desempenho escolar. É crucial aprofundar as pesquisas para compreender as nuances das desigualdades educacionais em Alagoas e buscar soluções eficazes para este desafio.

Bibliografia

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 1, p. 177-194, mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100012>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco; XAVIER, Flavia Pereira. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. *Revista Brasileira de Sociologia – RBS*, v. 4, n. 7, p. 49-82, 1 jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.150>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Roseane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *Texto para discussão*, n. 800, 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

BONAMINO, Alicia; ALVES, Fátima; FRANCO, Creso; CAZELLI, Sibebe. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 487-499, dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300007>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BONAMINO, Alícia; FRANCO, Creso. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. *Cadernos de Pesquisa*, n. 108, p. 101-132, nov. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000300005>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BOUDON, Raymond. *A desigualdade das oportunidades: a mobilidade social nas sociedades industriais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

BOURDIEU, Pierre; NOGUEIRA, Maria Alice. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. (Ciências sociais da educação).

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Saeb 2021: Indicador de Nível Socioeconômico do Saeb 2021: nota técnica*. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/Indicadores_de_nivel_Nota_tecnica_2021.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. *Nota técnica: Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse)*. [S. l.]: Inep, 2015a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2015/nota_tecnica/nota_tecnica_inep_inse_2015.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. *Nota técnica: indicador de nível socioeconômico (Inse) das escolas*. [S. l.]: Inep, 2015b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/enem_por_escola/2015/nota_tecnica_indicador_nivel_socioeconomico.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação*. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

COLEMAN, James S.; CAMPBELL, Ernest Q.; HOBSON, Carol J.; MCPARTLAND, Jame; MOOD, Alexander M.; WEINFELD, Frederic D.; YORK, Robert L. *Equality of educational opportunity*. Washington: U.S. Department of Health, Education, and Welfare, 1966. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED012275.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

DUARTE, Natália. O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 94, n. 237, 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812013000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 dez. 2023.

ERIKSSON, Kimmo; LINDVALL, Jannika; HELENIUS, Ola; RYVE, Andreas. Socioeconomic status as a multidimensional predictor of student achievement in 77 societies. *Frontiers in Education*, v. 6, p. 731634, 22 nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/feduc.2021.731634>. Acesso em: 26 jun. 2023.

LEE, Valerie. A necessidade dos dados longitudinais na identificação do efeito-escola. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 91, n. 229, 18 jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.91i229.625>. Acesso em: 15 dez. 2023.

LIMA, Leonardo Claver Amorim. Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 92, n. 231, p. 268-284, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.92i231.532>. Acesso em: 26 jun. 2023.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003>. Acesso em: 26 jun. 2023.

R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

REIS, Mauricio Cortez; RAMOS, Lauro. Escolaridade dos pais, desempenho no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos. *Revista Brasileira de Economia*, v. 65, n. 2, p. 177-205, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71402011000200004>. Acesso em: 27 jun. 2023.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados*, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000100002>. Acesso em: 27 jun. 2023.

RIVKIN, Steven G.; HANUSHEK, Eric A.; KAIN, John F. Teachers, schools, and academic achievement. *Econometrica*, v. 73, n. 2, p. 417-458, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.3386/w6691>.

RUTTER, Michael; MAUGHAN, Barbara. School effectiveness findings 1979-2002. *Journal of School Psychology*, v. 40, n. 6, p. 451-475, nov. 2002. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0022-4405\(02\)00124-3](https://doi.org/10.1016/S0022-4405(02)00124-3). Acesso em: 27 jun. 2023.

SALEJ, Sílvio. Quarenta anos do Relatório Coleman: capital social e educação. *Educação Unisinos*, v. 9, n. 2, 2005. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6310/3460>. Acesso em: 8 jul. 2024.

SOARES, José Francisco. Índice de desenvolvimento da educação de São Paulo – IDESP: bases metodológicas. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 23, n. 1, p. 29-41, 2009.

Recebido em: Julho de 2024.

Aceito em: Novembro de 2024

COMO REFERENCIAR

NASCIMENTO, Willber; MAIA, Elder. Condições de origem e desempenho escolar: um estudo exploratório do Indicador de Nível Socioeconômico em Alagoas. *Latitude*, Maceió, v. 18, n. 2, p. jul.-dez., 2024.